



CIÊNCIAS HUMANAS

**“Não consigo acompanhar as aulas”:
ensino remoto em Minas Gerais***“I can't keep up with classes”: remote teaching in Minas Gerais*Patricia de Oliveira Branquinho Silva¹,
Bruna Carla Rodrigues de Oliveira², Flavia Helena Pereira³**RESUMO**

O presente artigo tem como propósito promover reflexão e debate acerca das aulas remotas desenvolvidas pelos professores vinculados à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais frente à pandemia do novo coronavírus, responsável pelo surgimento da infecção respiratória, conhecida como COVID-19. Este trabalho consiste numa revisão de literatura fundamentada em autores que abordam o tema, por isso discutiram-se os saberes docentes, a necessidade do isolamento social diante da atual situação, bem como o ensino remoto emergencial adotado como estratégia de trabalho a docentes. Destacou-se a necessidade de o professor pôr em prática o seu conhecimento do “saber-fazer” da profissão, adaptando suas práticas à nova realidade de trabalho. Entendeu-se que houve falta de preparo e de planejamento necessários para a prática do ensino remoto, fazendo com que se tornasse imperativo aos professores a ressignificação de suas práticas. Concluiu-se que há necessidade de investimento na formação de professores com a preparação destes para a atuação no ensino remoto.

Palavras-chave: Ensino remoto; educação pública; escola pública; coronavírus; COVID-19; isolamento social.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to promote reflection and debate about remote classes developed by the teachers who are linked to the Minas Gerais State Department of Education in the face of the new coronavirus pandemic, responsible for the emergence of the respiratory infection known as COVID-19. The present work consists of a literature review based on authors who approach the theme, therefore teaching knowledge, the need for social isolation in the current situation, as well as the emergency remote teaching adopted as a work strategy for teachers were discussed. It was highlighted the need for the teacher to put into practice his know-how on the profession, adapting his practices to the new work reality. It was understood that there

¹ Secretaria de Educação de Minas Gerais - SEE-MG. E-mail: pattybranquinho@gmail.com

² Idem. E-mail: brunacarla0905@gmail.com

³ Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET MATEMÁTICA, Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Uberaba/MG - Brasil. E-mail: flaviapereira1@gmail.com



was a lack of qualification and planning required for remote teaching practice, making it necessary for teachers to reevaluate their practices. The conclusion was there is a need to invest in teachers' training for the sake of the development to remote education performance.

Keywords: Education; public education; public school; coronavirus; COVID-19; social isolation.

1. INTRODUÇÃO

A cada início de ano letivo, vivemos a expectativa de uma nova etapa escolar, envoltos na euforia que toma conta de alunos e professores. No ano de 2020 não foi diferente, porém, logo no início do primeiro bimestre, tudo mudou. Assim como a maioria dos demais países, o Brasil sofre as consequências dos mecanismos de defesa tomados contra a pandemia causada pelo recém-descoberto coronavírus - SARS-CoV-2⁴ - e a dele resultante doença infecciosa COVID-19.

Um dos mecanismos de controle desta doença diz respeito à prática do isolamento social. No país, todas as esferas administrativas e autoridades sanitárias locais adotaram o isolamento social horizontal, uma medida em que se aparta o maior número de pessoas em suas residências. Por este motivo, todas as escolas foram fechadas no primeiro bimestre do ano letivo. Durante a pandemia, na maior parte das escolas de Educação Básica do país, as aulas presenciais, passaram a ser ministradas de maneira remota. O direito à educação, deste modo, está sendo cumprido na medida do possível, tendo em vista que, no Brasil, está previsto na constituição brasileira, descrito no seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

No atual momento, após passar pelo processo de transição e transformação do ensino presencial ao remoto, depois de quatro meses de aulas realizadas por meio da conexão entre computadores e mecanismos semelhantes e de ferramentas como redes sociais e aplicativos (programas de computador capazes de processar dados de forma rápida), começamos a sofrer as consequências deste processo, pois tanto os professores, quanto os alunos foram submetidos a uma condição para a qual não estavam preparados a enfrentar, isto é, o processo improvisado de ensino remoto, ainda em andamento na educação brasileira nestes tempos de pandemia.

Para dar continuidade às aulas na educação básica no ano letivo de 2020, grande parte das escolas brasileiras vem adotando meios digitais para a construção e desenvolvimento de atividades pedagógicas. (CARTAMAN; RODRIGUES, 2020, p.3). Em Minas Gerais, não foi diferente, o governo de Estado com a Secretaria de Educação vem aderindo ao ensino remoto emergencial.

⁴ Nome oficial dado ao novo coronavírus, que significa "severe acute respiratory syndrome coronavirus 2" (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2). Recebeu esta nomenclatura por manter grande semelhança com o vírus SARS-CoV, agente causador da epidemia de SARS, em 2002.



Diante deste procedimento, face a esta situação adversa, o que nos cabe enquanto professores é tentar entender como o processo de ensino-aprendizagem está ocorrendo, tendo em vista que se trata de algo inédito na educação, portanto o nosso objetivo é evidenciar a necessidade de formação continuada para os professores neste contexto. O presente artigo discorre sob a perspectiva de acordo com a qual o saber da experiência leva em consideração a formação teórica, pois, além do aprendizado destes saberes ter poder formativo, dota os sujeitos de pontos de vista variados para uma ação contextualizada. (PIMENTA, 1999; PIMENTA; GARRIDO; MOURA, 2001).

Também é papel do professor refletir a partir das condições de mudanças da educação presencial em função do ensino remoto, além de tentar compreender como os procedimentos adotados se desdobraram. Assim, ponderar sobre o desenrolar da dinâmica da educação em tempos de isolamento refere-se a fazer com que se busque compreender como todo o processo vem ocorrendo, e também pôr em discussão as condições da educação básica brasileira.

2. SABERES DA DOCÊNCIA À LUZ DA LITERATURA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste momento de pandemia, devido ao isolamento social, representa um desafio ao docente ser o mediador da aprendizagem sem que esteja em contato físico com os alunos, mantendo apenas interação remota por meio de aplicativos e redes sociais. Por esta situação, o professor teve que ressignificar sua forma de lecionar, adaptando-se à nova realidade.

Indagamos, deste modo, a importância de compreender como este professor lida com o ensino remoto. Para tanto, identificamos a complexidade dos saberes docentes relacionados à formação de professores e que abarcam as bases para o ensino e o experienciar da docência.

Diversos e presentes na formação de professores, na formação inicial e na continuada, para Pimenta (1999), estes saberes estão divididos em saberes da docência, da experiência, do conhecimento e pedagógicos. Advindos da experiência de vivências como aluno, os saberes da docência carregam a experiência do que o professor experienciou na vida escolar, e se refletem sobre a prática profissional deste como docente. Pimenta a este respeito evidencia:

Em outro nível, os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem - seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros autores. (PIMENTA, 1999, p.20).

Os saberes do conhecimento devem ser expressos na construção de um ser crítico, pois, além de deter o conhecimento, o professor deve-se posicionar diante da sociedade. Os saberes pedagógicos referem-se à didática, ao entendimento do conteúdo e à forma como desenvolvê-lo, mediando o conhecimento.



Incluindo aqueles resultantes da formação e da experiência docente, estes saberes dão suporte ao profissional na construção de sua identidade. Para além disto, há estudos demonstrando que os professores continuam a desenvolver práticas pedagógicas obtidas não apenas em sua formação inicial, mas passo a passo de sua vida profissional, o desenvolvimento profissional do professor está relacionado com a construção de sua formação que, para ele, é contínua. (PIMENTA; LIBÂNEO, 1999, p.16). Alguns docentes, entretanto, repetem seguidamente a mesma forma de exercer sua profissão, por exemplo, utilizando planejamentos antigos sem promover uma prática docente motivadora, dinâmica e eficaz.

Pimenta (1999) afirma que todos os professores detêm saberes, cada um de uma forma. Esta diversidade de saberes é nomeada pela autora como “saberes-fazer”, os quais integram um processo natural do docente, o que, também de acordo com Pimenta (1999, p.18), corresponde a “[...] ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos e irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano”.

A autora ainda discorre sobre os desafios vividos pelos docentes no ambiente escolar, e defende a formação inicial do docente para ampliar conhecimentos e habilidades. Alega Pimenta (1999, p.18) que “A profissão de professor, como as demais, emerge em um dado contexto e momentos históricos como resposta a necessidades postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade”. Tal perspectiva apontada pela autora é corroborada neste contexto histórico atual da emergência da COVID-19, em que a mudança de atuação do professor se fez e se faz necessária. Então, não basta somente assenhorear-se do saber, mas também obter os meios empíricos de como desenvolvê-lo e colocá-lo em prática. É assim que nós professores estamos nos reinventando neste momento de pandemia, a partir dos desafios que nos foram apresentados, e, ao mesmo tempo, refletindo acerca de nossa própria prática.

Na mesma linha de pensamento de Pimenta (1999), Tardif e Raymond (2000) defendem e ressaltam a importância dos saberes docentes para a prática pedagógica. Especificam a amplitude deste “saber” do qual vários sentidos podem ser alcançados, e o definem como a capacidade de ampliar conhecimentos, competências e habilidades docentes. Não se trata de afirmar que o professor deve saber tudo, mas que este docente se revela como uma mistura de saberes e conhecimentos angariados ao longo de sua caminhada pessoal e profissional.

Também para Tardif e Raymond (2000), o professor é constituído por um conjunto de competências e habilidades, cujos saberes profissionais são compostos por “saber-fazer” e por “saber-ser”, os quais constituem sua identidade pessoal e profissional que “[...] visam compreender a natureza dos saberes, assim como o papel que desempenham tanto no processo de trabalho docente quanto em relação à identidade profissional dos professores”. (TARDIF; RAYMOND, 2000, p.11). Neste sentido, relacionados aos saberes da ação, os saberes são construídos e, a partir desta construção, os docentes aprendem a desenvolver práticas de ensino, a didática, a forma de organizar as atividades, além de conhecer os conteúdos aplicados.



Assim como Pimenta (1999), Tardif e Raymond destacam a diversidade dos saberes docentes. Entretanto aqui destacamos apenas os saberes pertinentes aos desafios atualmente enfrentados pelos professores diante do ensino remoto compulsório e emergencial. Os saberes dos professores advêm, segundo os autores, de sua vida pessoal (bagagem de vida), das vivências da formação escolar, formação profissional, contato com livros didáticos e programas, e a própria experiência como docente no ambiente escolar. Para tanto, Tardif e Raymond constataam que devemos refletir e nos autoavaliar sobre a nossa prática docente, por isso ressaltam a importância da formação inicial e continuada de professores, que possibilita

[...] mobilizar uma ampla variedade de saberes, reutilizando-os no trabalho para adaptá-los e transformá-los pelo e para o trabalho. A experiência de trabalho, portanto, é apenas um espaço onde o professor aplica saberes, em suma: reflexividade, retomada, reprodução, reiteração daquilo que se sabe daquilo que se sabe fazer, a fim de produzir sua própria prática profissional. (TARDIF; RAYMOND, 2002, p.21).

Assim, diante de um momento excepcional em que a educação presencial se converte compulsória e emergencialmente em remota, faz parte do exercício profissional do professor a reflexão acerca do modo como o sistema educacional se transformou, visto que o papel do professor se manifesta essencial para que todo o processo ocorra de maneira satisfatória e não somente como um arremedo sofrível.

3. ISOLAMENTO SOCIAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto causado pelo novo coronavírus era de urgência internacional. Em março, foi declarada a pandemia (2020). A respeito do conceito de “pandemia”, Farias pondera que:

[...] a definição de pandemia não depende de um número específico de casos. Considera-se que uma doença infecciosa atingiu esse patamar quando afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. No dia 3 de fevereiro o ministério da saúde do Brasil proclamou a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). (FARIAS, 2020, p.3).

Diante dos acontecimentos em nível internacional, como o grande número de mortes e o alto grau de contaminação em decorrência da doença causada pelo coronavírus, COVID-19, foram adotadas no Brasil, por meio da Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, algumas medidas de prevenção e proteção, como: distanciamento social, isolamento, quarentena, uso de máscaras e advertência para constante higienização das mãos com água e sabão ou uso de álcool em gel, dentre outras.

Os termos “isolamento” e “quarentena”, apesar de serem confundidos, denotam diferença. No isolamento, as pessoas não contaminadas ficam distantes umas das outras para a prevenção de contágio e, na quarentena, o possível contaminado é separado para investigação. De acordo com Schuchmann *et al.* (2020, p.3560) “[...]”



estes dois termos são frequentemente utilizados com o mesmo significado, especialmente na comunicação com o público. No entanto, possuem aplicabilidade em situações distintas [...]”.

No Brasil, adotou-se como medida de prevenção para a contenção do contato social a supressão ou isolamento social horizontal, segundo Schuchmann *et al*:

As medidas de supressão têm como objetivo reduzir o número de reprodução (R) - média de casos secundários gerados por um infectado - a níveis abaixo de 1, ou até mesmo eliminar a transmissão entre humanos. O principal desafio para que isso se torne realidade é que tais determinações devem ser mantidas por tanto tempo quanto o vírus estiver circulando na população, ou ao menos até que se desenvolva uma vacina. (SCHUCHMANN *et al.*, 2020, p.3561).

Após o anúncio das orientações e o aparecimento dos primeiros casos de contaminados e mortos, governantes estaduais e municipais começaram a tomar medidas mais drásticas para a contenção da doença, como: o impedimento de entrada de estrangeiros no Brasil, fechamento do comércio, de escolas, de bares e restaurantes, barreiras em rodovias, dentre outras. Ressalta-se que estas medidas deveriam partir diretamente do governo federal, pois cabe ao Ministério da Saúde coordenar ações que envolvam a nação. Porém, o atual governo não deixou claro o seu apoio a estas determinações apesar da situação calamitosa em vários países no mundo e da orientação de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde. Para Farias (2020, p.4), “A principal preocupação do governo federal é que o isolamento da população acentue a crise econômica. Sua postura tem sido de estimular que os cidadãos voltem às ruas e levem uma vida normal [...]”. De acordo com Corrêa (2020), no Estado de Minas Gerais, diversamente de governadores de Estado anteriores, o atual tem mostrado um alinhamento com o governo federal.

Em Minas Gerais, o chefe do poder executivo tomou medidas logo que ocorreu o primeiro caso positivo da COVID-19. Segundo Silame e Almeida,

[O primeiro caso de infecção](#) pelo novo coronavírus no estado de Minas Gerais foi confirmado em 8 de março. Cinco dias depois, o governo do estado [decretou situação de emergência](#) em saúde pública. Para lidar com a pandemia, o estado organizou comitês em duas frentes, saúde e economia. No dia 16 de março foi instituído o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19; no dia seguinte, o Comitê de Crise para a Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 e em 25 de março, o Comitê Extraordinário Gestor de Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado. (SILAME; ALMEIDA, 2020, p.1).

No entanto, em conformidade com posicionamento do governo federal, o governador mineiro lançou um plano de retomada econômica e flexibilização do isolamento social,



[...] em reunião ocorrida em 23 de abril o governador Romeu Zema lançou o programa “Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo” com orientações de procedimentos para municípios que decidirem abandonar o isolamento social [...] (SILAME; ALMEIDA, 2020, p.1).

As medidas anunciadas pelo governo estadual, de certa forma, pressionaram as prefeituras municipais a elas aderirem, sendo que, no início da situação de pandemia, havia ficado a cargo dos prefeitos tomarem suas próprias deliberações quanto à contenção do contágio do coronavírus causador da COVID-19. Diante da possibilidade de flexibilização do isolamento social anunciada pelo governo estadual, a reabertura das escolas também foi pautada. (BENTES, 2020).

O cenário de instabilidade descrito acima causou uma insegurança nas famílias, nos estudantes e nos profissionais da Educação, principalmente com a possibilidade do retorno das aulas presenciais. De acordo com pesquisa realizada pelo Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais (FEPEMG);

A grande maioria dos participantes (78,3%) se autodeclarou educador da rede básica. Dentre as informações colhidas, 88% é contrária à retomada das aulas, sendo que 50,2% (16.146 pessoas) considera que o retorno só deve ocorrer após a vacinação massiva da população. Além disso 79,1% dos votantes (25.457 pessoas) declararam que nas instituições em que trabalham não há estrutura que possibilite o distanciamento de um metro e meio entre os alunos e funcionários. (BENTES, 2020). O FEPEMG tem como encargo acompanhar a implementação e avaliação de políticas públicas de educação no estado de Minas Gerais, entre outras atribuições.

Mediante aos fatos expostos, uma situação adversa de isolamento social nunca vivida, refletir o contexto em que ocorreram os fatos apresentados também faz parte do exercício profissional do professor visto que, o seu trabalho foi atingido diretamente com o fechamento das escolas e a mudança de espaços de ensino.

4. EDUCAÇÃO REMOTA EM MINAS GERAIS

No Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) desenvolveu um regime de estudo não presencial com várias ferramentas para os jovens da rede pública estadual realizarem atividades pedagógicas em casa com segurança no período de isolamento social. As referidas ferramentas estão disponíveis em <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/conexaoescola> (acesso em: 24 set. 2020). O Regime de Estudo não Presencial é dividido em três recursos que funcionam de maneira complementar neste período: o Plano de Estudo Tutorado (PET); o aplicativo Conexão Escola, que, entre os seus recursos, apresenta videoaulas; e o programa de TV “Se Liga na Educação”, exibidos pela Rede Minas. De acordo com o artigo 1º da Resolução SEE Nº 4310/2020:

e na continuada, para Pimenta (1999), estes saberes estão divididos O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma



Edição Especial COVID-19

autoinstrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular. (MINAS GERAIS, 2020, p.1).

Além disso, a SEE também apoia as escolas na integração das ações. O desenvolvimento do Plano de Estudo Tutorado (PET) ficou a cargo dos gestores das escolas da rede estadual de ensino, em cumprimento ao artigo 6 da Resolução SEE Nº 4310/2020:

Cabe ao Gestor Escolar, de acordo com os meios de comunicação disponíveis, e em conjunto com a Superintendência Regional de Ensino, estabelecer o modo de envio e recebimento das atividades aos estudantes e/ou responsáveis, a serem realizadas no período de suspensão das aulas presenciais, deliberado pelo Comitê Extraordinário COVID-19. (MINAS GERAIS, 2020, p.1).

Devemos pontuar que a educação remota ⁵ (ER) constituiu um meio pelo qual o governo optou para disponibilizar aulas de maneira que não houvesse o contato físico entre a comunidade escolar, devido ao momento de crise na saúde pública. Foram tomadas diversas medidas para o cumprimento da carga horária prevista nas matrizes curriculares, porém não houve preparação e formação docente e discente para a educação remota. De acordo com o artigo 10 da Resolução SEE Nº 4310/2020,

Compete ao Professor de Educação Básica, além das atribuições previstas na legislação vigente, guiar-se pelas orientações expedidas em documento próprio da Secretaria de Estado de Educação para a oferta do Regime Especial de Atividades Não Presenciais e para ações extraordinárias durante o período de suspensão das atividades escolares presenciais. (MINAS GERAIS, 2020, p.1).

Não consta, nas competências do professor, qualquer menção à formação, apenas orientações. Os professores, preparados ou não, tiveram que dar continuidade ao ano letivo ensinando remotamente. Tampouco os alunos tiveram formação ou acesso garantido pela lei. Todas as escolas públicas estaduais tentaram se acomodar às deliberações sem que houvesse a garantia de isonomia de acesso à educação.

Pode-se dizer que viver no mundo atual globalizado implica viver conectado. Hoje, no Brasil, grande parte dos jovens estão conectados à internet, mesmo que por um pequeno período de tempo. Até os que não possuem algum tipo de aparelho para conexão, em algum momento do seu dia, estarão diante de qualquer meio de tecnologia de informação e/ou de comunicação. Estão inseridos nesta realidade virtual estes jovens que já nascem tendo o contato com a tecnologia moderna.

⁵ Na educação remota, o processo de ensino-aprendizagem entre o professor e o aluno se realiza de forma síncrona e assíncrona, por meio de computadores e mecanismos semelhantes de comunicação. Neste período em questão, este tipo de ensino ocorreu de forma emergencial, nomeado ensino remoto emergencial.



Entretanto, nem todos os professores tiveram a mesma oportunidade. Nas escolas públicas do país, apesar de já existirem políticas públicas para a inserção e aquisição de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), não há um correspondente esforço no tocante à formação dos professores. Assim, dentro das escolas, muitas vezes, coexiste uma contradição: jovens hábeis em tecnologia e professores quase ou totalmente inábeis, em Minas Gerais 47,7% dos professores da rede estadual têm cerca de 46 anos de idade. (MIRANDA, 2018). No referido estado, vinculada à Secretaria de Educação, há uma escola de formação profissional para professores, a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, criada em 2011, munida de recursos físicos e tecnológicos. Porém o problema não está apenas na formação em si, mas nas condições materiais - incluindo a disponibilidade de tempo - e financeiras para que o professor possa se qualificar.

Durante o atual período de aulas remotas, algumas diferenças ficaram explícitas, como professores capacitados e com acesso as TDICs e professores sem acesso e/ou preparo para o uso das TDICs, tendo que se adaptar, a curtíssimo prazo e de qualquer maneira, para dar continuidade ao seu trabalho, e, por fatores de desigualdade social, grande parte dos alunos das camadas populares sem acesso e/ou preparo para o uso das TDICs, igualmente tendo que se enquadrar às novas demandas pedagógicas e escolares.

Minas Gerais é o segundo maior estado brasileiro em número de habitantes e o quarto maior em dimensões territoriais. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC) do IBGE (2018), a população estimada do estado é de 21 milhões de pessoas. Desse total, 74,8% utilizam Internet e 25,2% não utilizam. Ainda segundo o PnadC, 79,3% dos domicílios mineiros particulares utilizam Internet, 99,4% a utilizam via telefone móvel celular, 50,2% por meio de microcomputador e 14,7% por meio de tablet. Quanto à forma de conexão, 58% se dá via banda larga fixa e móvel e em 57,9%, somente via banda larga. Quanto à presença de aparelhos de televisão, a pesquisa aponta que 97% dos domicílios mineiros possuem. (COELHO; OLIVEIRA, 2020, p.59).

Evidencia-se que, na modalidade de ensino remoto implantada de maneira emergencial nas escolas públicas de Minas Gerais, esta parcela considerável de alunos sob o regime remoto de ensino não está conseguindo acompanhar as aulas. (CAUSA OPERÁRIA, 2020; G1, 2020; PEREIRA, 2020).

A partir do momento em que surgem novos paradigmas na educação, relativos ao ensino e à aprendizagem, desponta também uma demanda de transformações nas competências dos professores. Assim, a premência de um saber para lidar com as novas tecnologias faz parte dos saberes docentes imprescindíveis não apenas, mas sobretudo no momento atual. Portanto, os saberes docentes para as novas tecnologias, aludindo a Tardif, faz parte do pragmatismo da profissão:

[...] se os saberes profissionais dos professores têm uma certa unidade, não se trata de uma unidade teórica ou conceitual, mas pragmática:



como as diferentes ferramentas de um artesão, eles fazem parte da mesma caixa de ferramentas, porque o artesão pode precisar deles no exercício de suas atividades. (TARDIF, 2000, p.15).

Neste contexto tecnológico e globalizado, em que também se insere a educação contemporânea, o professor deve estar preparado também para as constantes demandas de atualização tecnológica. (MATOS; AZEVEDO, 2015; SILVA, 2019). É necessário enaltecer a necessidade de investimento em formação de professores, não apenas neste momento e em um futuro próximo, com relação à preparação dos professores para o ensino remoto, fazendo com que o docente amplie seus saberes diversos e consiga atender às demandas tecnológicas atuais independentemente de situações emergenciais como a atual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs refletir sobre como se estabeleceu o ensino remoto emergencial como parte do trabalho docente. A experiência prática e teórica vivenciadas pelo professor lhe permite avaliar como ocorreu a sua prática e ao mesmo tempo ser crítico em relação a ela.

Diante do exposto sobre o ensino remoto no período emergencial devido à pandemia de coronavírus e da COVID-19, entende-se que a educação pública brasileira não caminha à altura dos desafios enfrentados por docentes e discentes, dando mostras de estar aquém dos avanços tecnológicos e de comunicação digital. Diversos empecilhos, como a carência de saberes relativos ao manuseio da tecnologia, bem como o acesso a elas, emergiram em um momento adverso, no qual se necessitou compulsoriamente da utilização de meios digitais para a continuação momentânea do ano letivo nas escolas.

Explicitou-se a desigualdade social da população durante este período de ensino remoto emergencial, muito embora as escolas públicas estaduais de Minas Gerais tivessem prometido fornecer o material impresso para estudo em casa. O que de fato ocorreu foi um descompasso em relação a alunos que tiveram a oportunidade de acesso rápido à informação e comunicação pelo meio digital. Salienta-se que o acesso à internet e aos meios digitais não foram e não são garantidos pelos governos e muitas famílias, sobretudo devido à notória desigualdade social, ficaram sem poder usufruir do ensino remoto. Isto nos leva à relevância da defesa de uma escola pública democrática e de qualidade na constituição de uma sociedade justa, digna e fortalecida.

Não podemos esquecer que somos seres sociais e o nosso crescimento está relacionado diretamente com a convivência com o outro. Também somos professores, sendo o contato presencial com os alunos essencial para o aprendizado enquanto relação de troca. As aulas presenciais, sem dúvida, são fundamentais tanto na formação de um estudante, quanto na interação professor-aluno. Entretanto, a



suspensão das aulas presenciais demonstrou que, tanto para o professor, quanto para o aluno, estar preparado para acesso digital ao conhecimento também é primordial, ou seja, a educação contemporânea deve sim ocupar-se também de saberes relativos ao acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação na escola, as quais, no presente e no futuro, desempenharão papel basilar em uma sociedade não apenas tecnológica, mas também mais igualitária.

6. REFERÊNCIAS

AMARILLA FILHO, Porfírio. Educação a distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais. **Educação em Revista**, v.27, n.2, p.41-72, 2011.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede-Revista de Educação a Distância**, v.7, n.1, p.257-275, 2020.

BENTES, Bruna. Em MG, Pesquisa Aponta: 9 em cada 10 pessoas são contra a volta presencial das aulas. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/10/em-mg-pesquisa-aponta-9-em-cada-10-pessoas-sao-contra-a-volta-presencial-das-aulas>. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. **Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020**. Brasília: Diário Oficial da União, 16 jun. 2020.

CAUSA OPERÁRIA. **Metade dos alunos não conseguem acompanhar as aulas remotas em SP**. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/metade-dos-alunos-nao-consegue-acompanhar-aulas-remotas-em-sp/>. Acesso em: 29 set. 2020.

COELHO, J. Ines Fialho; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. O Programa de Educação Remota em Minas Gerais: uma análise dos efeitos da implementação do regime de estudos não presenciais. **Revista de Ciências Humanas**, v.20, n.2, 2020.

CORRÊA, Ricardo. **Zema se alinha à Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/ricardo-correa/subscription-required-7.5927739?ald=1.2317196>. Acesso em: 29 set. 2020.

G1. **60 por cento dos estados monitoram acesso ao ensino remoto resultados mostram apagão do ensino público**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/06/60percent-dos-estados-monitoram-acesso-ao-ensino-remoto-resultados-mostram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2020.



LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.20, n.68, dec. 1999.

MATOS, L. B. DE; AZEVEDO, R. M. de. Tecnologia e saberes docentes na formação de professores do ensino tecnológico. **Revista Polyphonia**, v.25, n.2, p.81-91, 21 out. 2015.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE n 4310/2020**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2020. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4310-20-r%20-%20Public.%2018-04-20.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

MIRANDA, D. F. de. Perfil dos professores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v.5, n.11, p.94-121, 15 abr. 2018.

OPAS. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 6 set. 2020.

PEREIRA, Maria Irenilda. **Sinal de celular, só no alto do morro**: os desafios da educação à distância em Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/09/interna_gerais,1155346/sinal-de-celular-so-no-alto-do-morro-educacao-a-distancia-em-minas.shtml. Acesso em 13 out. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p.15-34.

PIMENTA, Selma Garrido; GARRIDO, Elsa; MOURA, Manoel O de. Pesquisa colaborativa na escola facilitando o desenvolvimento profissional de professores. **Reunião Anual da Anped**, v.24, p.1-21, 2001.

SANTANA, Camila Lima; SALES, Kathia Marise Borges. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia covid-19. **Interfaces Científicas-Educação**, v.10, n.1, p.75-92, 2020.

SCHUCHMANN, Alexandra Zanella *et al.* Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19/Vertical social isolation X Horizontal social isolation: health and social dilemmas in coping with the COVID-19 pandemic. **Brazilian Journal of Health Review**, v.3, n.2, p.3556-3576, 2020.

SILVA, Patricia de Oliveira Branquinho. Narrativas digitais para o ensino de saúde na escola: uma proposta de intervenção voltada à formação de educadores. **Revista Eletrônica Debates Em Educação Científica E Tecnológica**, v.5 n.2, 76-85, 2019.

SILAME, Thiago Rodrigues; ALMEIDA, Helga do Nascimento. **Minas Gerais**: entre o isolamento social e o alinhamento a Bolsonaro. Disponível em: www.unifal-mg.edu.br/portal/minas-gerais-entre-o-isolamento-social-e-o-alinhamento-a-bolsonaro. Acesso em: 22 set. 2020.



TARDIF, Maurice. Saberes docentes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação** (ANPED), n.13, jan-abr. 2000.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.21, n.73, p.209-244, Dec. 2000.

Submetido em: **18/10/2020**

Aceito em: **29/08/2021**